



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 008/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, Estado das Paraíba, designado pela portaria/PMMD nº 02/2014 de 02 Janeiro de 2013, torna público que, impreterivelmente e após o credenciamento dos proponentes, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/01/20008/, Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, e suas alterações e do Decreto Municipal nº 032, de 04 de novembro de 2005, Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

- **Recebimento dos envelopes: impreterivelmente até às 8:30min do dia 19/03/2014**
- **Sessão de Credenciamento: às 8:30 do dia 19 de Março de 2014.**
- **Sessão de Abertura da Proposta: logo a seguir ao Credenciamento**

LOCAL LICITAÇÃO: Sala de reuniões do Prédio da Prefeitura da Mãe D'Água, localizada à Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, centro, MÃE D'ÁGUA- Estado da Paraíba.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação consiste na **Aquisição parcelada de material de limpeza, destinados as secretarias do município e seus programas, ante as condições estabelecidas no anexo I, os quais são partes integrantes dos mesmos.**

1.2 Os valores e quantidades aqui estimados é apenas uma estimativa de gasto, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão, na condição de proponente, empresas individuais, sociedades comerciais e civis, regularmente estabelecidas neste país, que sejam nacionais e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

2.1.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

- a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com Administração Pública;
- c) empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) pessoas jurídicas das quais participem, seja a que título for dirigente ou servidores da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, Paraíba.



e) e que se enquadre no art. 9º da Lei 8.666/93.

2.1.3 Os itens "saneantes"¹ as suas embalagens deverá:

a) ser resistente em todas as suas partes, manter a integridade do produto, evitar perdas e acidentes (RDC 13/01 e 14/07- ANVISA);

b) embalagens com formato e cores atraentes para crianças, devem conter lacre de segurança; (RDC 13/01-ANVISA);

c) não será aceito embalagem de vidro para produtos de uso doméstico. (RDC 14/07- ANVISA);

d) deverá conter o número do registro do produto na ANVISA.

2.1.4. A rotulagem deverá obedecer as normas do RCD 184/01-ANVISA

2.1.5 Interessados poderão ler ou retirar o edital na Prefeitura de Mãe D'Água, localizada à Rua Luiz Furtado de Figueiredo, nº 48 - Centro, Mãe D'Água- PB.

2.5. DAS AMOSTRAS

2.5.1. Os concorrentes deverão entregar até as 12:00 horas do dia 17 de Março de 2014, na sala da CPL no Prédio da Prefeitura, na sala da comissão de Licitação, no endereço Rua Luiz Furtado de Figueiredo, nº 48 - Centro, Mãe D'Água- PB, uma amostra de cada produto na embalagem original e fechada, para análise e aprovação, onde além das características básicas da embalagem e rotulagem, serão avaliadas outras características por meio de exame visual, medições simples e propriedades sensoriais.

2.5.2. Não serão realizadas análises em unidades com prazo de validade vencido e/ou que apresentem condições inadequadas de armazenamento e/ou que estejam violadas.

2.6. Os itens "saneantes"² as suas embalagens deverá:

a) ser resistente em todas as suas partes, manter a integridade do produto, evitar perdas e acidentes (RDC 13/01 e 14/07- ANVISA);

b) embalagens com formato e cores atraentes para crianças, devem conter lacre de segurança; (RDC 13/01-ANVISA);

c) não será aceito embalagem de vidro para produtos de uso doméstico. (RDC 14/07- ANVISA);

d) deverá conter o número do registro do produto na ANVISA.

2.7. A rotulagem deverá obedecer as normas do RCD 184/01-ANVISA

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo protocolar o pedido no Setor de Protocolo da Prefeitura do Mãe D'água, localizado na Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, centro, MÃE D'ÁGUA- Estado da Paraíba,

¹ Saneantes- são substâncias ou preparações destinados a higienização, desinfecção, desinfestação, desodorização, odorização de ambientes domiciliares, coletivo e/ou público para utilização por qualquer pessoa, para fins domésticos, para aplicação, manipulação por pessoa ou entidades especializada, para fins profissionais(RDC 184/01)



cabendo a pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1. Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A Impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.4. Não serão conhecidos impugnações e recursos por meio de fax-simile, devendo o impugnante protocolar a impugnação no setor de protocolo do município.

3.5. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado nos processos para responder pelo proponente.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto a pregoeira através de um representante devidamente munido dos documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da pregoeira.

4.4. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**

b) Tratando-se de procurador, **A PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; **(cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência)**

c) O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto;

4.5. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) **que deverá ser apresentado no momento do credenciamento**.

4.6. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou pela pregoeira ou por membro da sua equipe de apoio.

4.7. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de



credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.8. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.9. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.10. Ficará impedido de formular lances verbais, o credenciado cuja procuração não contenha autorização para este fim.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o pregoeiro, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:

5.1.1. Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme Modelo de Declaração, constante do Anexo III deste Edital, nos termos previsto do inciso IV, do art. 11, do Decreto nº 3.555/20008/.

5.1.2. Declaração de comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme Anexo II.

5.1.3. em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preço (envelope n.º 1) e Habilitação (envelope n.º 2),

5.2. Declarado encerrado os procedimentos de credenciamento, a partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, não mais serão admitidos novos proponentes, sendo aberta a sessão pelo pregoeiro.

5.3. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:

a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA - ESTADO DA PARAÍBA
PREGÃO PRESENCIAL 08/2014
LICITANTE: _____
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA - ESTADO DA PARAÍBA



PREGÃO PRESENCIAL 08/2014

LICITANTE: _____
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

- 5.4. Não será admitida a remessa postal dos envelopes de Proposta de Preço e Habilitação.
- 5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pela pregoeira ou sua equipe de apoio.
- 5.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.
- 5.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.
- 5.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentada em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 5.9. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.10. A não entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte do pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.
- 5.11. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 5.12. O Credenciado deverá ter amplo conhecimento do teor da proposta apresentada, em todos os seus itens, a fim de que a empresa se faça representar, legitimamente, em umas eventuais negociações entre as partes, evitando com isso a interrupção da sessão para contatos externos visando o esclarecimento de dúvidas sobre o teor da mesma, ficando, todavia, os casos excepcionais para serem avaliados pela pregoeira.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE "A"

- 6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope "A", com a indicação do(s) item (ns) de participação.
- 6.2 A proposta para o(s) item (ns) licitado(s) deverá ser apresentada em 02 (duas) vias digitada, devidamente datada, rubricada as suas folhas e assinada por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:
- a) razão social da empresa, número do CNPJ, número da Inscrição Estadual e endereço do proponente; e número do processo de pregão;
 - b) Especificação completa do produto ofertado marca ofertada e, quando for o caso, acompanhado de catálogos figurativos ou folders com informações técnicas que possibilitem a completa avaliação do (s) item (ns) proposto(s). Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto



da presente licitação;

- c) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos da data marcada para abertura.
- d) Os preços propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional (real), expressos em algarismo (até duas casas decimais) e valor global por extenso;
- e) A proposta de preços deverá conter o preço unitário e global para cada item cotado, objeto deste Pregão, no modelo da Proposta de Preços – Anexo II deste Edital;
- f) Em caso de divergência entre valores expressos e algarismo e por extenso, serão considerados estes últimos;
- g) Quaisquer tributos, custos e despesas direta ou indiretas omitidos nas propostas ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pelos pleitos de acréscimos a esses ou qualquer título, devendo os respectivos bens ser fornecidos a PMMD sem ônus adicionais;
- h) Por se tratar de venda ao consumidor final, os licitantes de outras Unidades da Federação deverão adotar, na composição de seus preços, a alíquota interna do ICMS do estado de seu domicílio.
- i) A validade mínima do produto ofertado é de (06) seis meses, contados da data de entrega dos produtos nas unidades escolares do município de Mãe D'água.

6.3 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas escritas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de desclassificação, qualquer recurso ou eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

6.4 Omissões quanto ao prazo de entrega, prazo de validade da proposta, prazo de garantia e prazo de pagamento serão considerados como aceito o disposto no Edital.

6.5 Solicita-se que as empresas façam constar o número da conta corrente, agência e banco preferido onde deseja receber seus créditos, se vencedoras.

7.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

- a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- b) apresentarem preços excessivos (descontos irrisórios) ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;
- c) Apresentarem proposta alternativa.
- d) Cujo produto especificado na proposta não corresponda com a amostra apresentada.

7.2 Serão classificados pelo pregoeiro, primeiramente, o proponente que apresentar a proposta de menor preço e, em seguida, todas as propostas com percentuais sucessivos e



inferiores, em até 10%. Não havendo no mínimo duas propostas dentro do percentual acima, serão classificadas as propostas de melhores ofertas, até que se obtenha o mínimo de 03 (três) empresas aptas a ofertar lances, conforme disposto no art. 11, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão.

7.3 Quando não existirem, no mínimo, três propostas superiores em até 10% (dez por cento) da menor proposta de preços, serão classificadas as três melhores de menor preço, quaisquer que sejam seus valores.

7.4 Aos proponentes classificados conforme o item anterior, será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos de percentuais de descontos distintos e decrescentes.

7.5 A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6 A desistência em apresentar lance verbal implicará na exclusão do licitante desta etapa e na manutenção do último valor por ele apresentado, prevalecendo este último lance para efeito de ordenação das propostas.

7.7 Caso não se realizem novos lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor **valor por item** e o estimado para a contratação.

7.8 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a pregoeira considerar necessário, onde cada um **terá até dois minutos** para formular seu lance.

7.9 Só será aceito lance cujo **preço por item** seja menor do que o último lance anteriormente registrado; e que cujo **valor unitário do item**, após o lance, contenha algarismo (até duas casas decimais).

7.10 Encerram-se a disputa de lances quando não houver mais nenhuma propositura verbal para menor preço. E encerrada essa etapa competitiva, as ofertas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de **menor preço por item**.

7.11. Atendendo os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e sido verificada a ocorrência de **empate** – entende-se por *empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta melhor proposta* – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.12. Para efeito do disposto no item 7.11., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.12.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos **após a convocação**, apresentar nova proposta de preço inferior àquela



considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.12.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.11, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.12.3 - A(s) licitante(s) enquadrada(s) nos termos do subitem 7.11, deverá (ão) apresentar junto com a documentação de habilitação, comprovação da sua condição declarada, por meio de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA ou documento equivalente, emitida pela Junta Comercial do Estado, domicílio ou sede da licitante**, sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, nos termos estabelecido no subitem 8.2.3 do edital, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.12.3.1 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.12.5. O disposto no subitem 7.11 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.13 Em seguida, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.14 *Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente. Em atendimento a Lei Complementar 123/2006, deve ser observado o disposto no item 8 deste Edital.*

7.15 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 19 do Edital.

7.16 Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, e não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuados pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

7.16.1. Havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, deverão ser observadas às disposições constantes no item 10, deste Edital

7.17 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, conforme disposto neste item, será verificada a conformidade entre o menor lance e o valor estimado para a contratação. O pregoeiro poderá oferecer contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.18 Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de



nova documentação ou outras propostas, escoimadas das causas que ocasionaram as inabilitações ou desclassificações, concorde com o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

7.19 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela pregoeira e membros da equipe de apoio e representantes das licitantes presentes.

7.20 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

7.21 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica prevalecerão as da proposta.

7.22 Não se considerará, para efeito de julgamento, qualquer oferta ou vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

7.23 Na fase de julgamento o pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem as solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.24 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.25 Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a assinar o contrato e a receber a nota de empenho e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraidas, será aplicada a regra estabelecida no item 10 deste edital.

8. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "B"

8.1. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá atender as condições exigidas a seguir:

8.2. O envelope "B" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

a) Declaração expressa do responsável pela empresa de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas pelo Município da Mãe D'água - Estado da Paraíba, não foi declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública e que está ciente da obrigação de declarar o fato superveniente, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8666/93, conforme modelo constante do anexo I deste edital;

b) Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei 9.854/99), conforme modelo constante do anexo II deste edital;

8.2.1. RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cédula de identidade;



- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2. RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União)**, e **Fazenda Estadual (relativa ao ICMS)** e **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da interessada, e da contratante assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social: Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *(Incluído dada pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei)*

8.2.3. RELATIVOS A CAPACIDADE TÉCNICA

- a) Autorização de Funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante;
- b) Autorização de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal de domicílio da licitante;
- c) Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

c.1. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente.

c.1.1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa Proponente, ou que tenham



c.1.1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa Proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa Proponente.

8.2.4. DA HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006.³

- a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
- d) A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2008/, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.3 A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a pregoeira considerará como prazo de validade o de 60(sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz. Exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.

8.4 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

8.5 Os documentos exigidos no item 8.2.2., obtidos através de sites, terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante do item 8.3.

8.6 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura da ata pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20(vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam

³ As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação de regularidade fiscal exigida no subitem 8.2.2 bº, deste edital, ainda que apresente alguma restrição, assegurado o prazo de dois dias úteis, a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para apresentação de nova documentação sem restrição, sob pena de **inabilitação**, cujo prazo pode ser prorrogado, mediante justificativa apresentada pelo proponente e aceita pela Administração, observado o § 1º do art.43 da LC Nº 123/2006.



retirados, serão destruídos.

9.0 DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Caso não haja manifestação de interpor recurso por parte dos demais licitantes, a adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pela pregoeira no final da sessão, sendo registrada em ata ou posteriormente, caso seja necessário alguma análise mais detalhada das propostas.

9.2. Se houver interposição de recurso administrativo, o item atacado pelo recurso administrativo será adjudicado pela autoridade competente para julgar esse instrumento de ataque à decisão do pregoeiro.

10. DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de (03) três dias úteis para apresentação das razões do recurso por escrito, podendo juntar memoriais, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

10.2 A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante em interpor recurso, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação.

10.3 Qualquer recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo;

10.4 O acolhimento do recurso importará a invalidade apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.5 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

10.6 Os Elementos indispensáveis à defesa dos interesses da pregoante poderão ser vistos no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, Estado da Paraíba, situado Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, centro, MÃE D'ÁGUA- Estado da Paraíba.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido no item 13.5 do edital.

12.0 DA DESPESA

1- As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos da Lei Orçamentária 2014, recursos próprios FPM/ICMS/PNAE/PETI/PEJA/SUS/FUS/PAIF/PENAT, no elemento de despesa nº 3.3.90.30. Material de consumo.



13. DO CONTRATO

13.1 A contratação com a firma vencedora far-se-á por termo de Contrato, com base no Edital, na proposta apresentada, na Lei nº 10520/008/, pelos Decretos Federais nº 3.555 e nº 3.693, Lei Complementar 123/2006, e na Lei nº 8.666/93 e minuta de Contrato anexa ao edital.

13.2 O valor inicial estimado do Contrato será expresso em moeda corrente. Caso haja modificações no Sistema Financeiro, tais como emissão de nova moeda, extinção ou criação de indexadores, etc., as adaptações necessárias serão feitas através de Termo Aditivo.

13.3 O período de vigência do contrato decorrente dessa licitação será pelo período restrito de 2013, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

13.4 Para efeito de reajuste prevalecerá o contido no edital.

13.5 A licitante será convocada para assinar o contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por uma única vez.

13.6. Se a licitante vencedora não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado o pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação.

13.6.1 Na convocação dos licitantes remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, observando-se com relação a cada novo licitante convocado, os procedimentos estabelecidos no item 8 deste Edital.

13.6.2 Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A contratada terá de fornecer os produtos objeto deste edital em até (2) dois dias, após receber a autorização de Fornecimento de Produto da Prefeitura de Mãe D'água.

14.2. A contratada deverá fornecer as mercadorias solicitadas, conforme orientação da Secretaria competente.

14.3. Nenhum produto poderá ser entregue pela Contratada sem a devida solicitação por escrito da PMMD, devendo conter as mercadorias o prazo de validade mínima de (06) seis meses, a contar do recebimento.

14.4 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

14.5. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal, o número do processo ao qual a mercadoria se refere.

14.6. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas.

15.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



15.1 O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

- 1) efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
- 2) preencher as requisições com as quantidades fornecidas, apor assinatura no referido documento e entregar a via própria ao fornecedor;
- 3) notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;

16. DA RESCISÃO

16.1 O contrato originado da presente licitação, poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, nas seguintes formas:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III – judicial, nos termos da legislação

17. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO, DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

17.1 A Contratante designará servidor para recebimento do produto, cujo objetivo será a conferência deste com as especificações, contidas na proposta, caso as disposições acima citadas não forem cumpridas, a comissão rejeitará o recebimento do mesmo.

17.2 O produto fornecido pela empresa vencedora estará sujeito a aceitação pela Contratante, ao qual caberá o direito de recusar, caso o mesmo não esteja de acordo com o especificado no Edital

17.3 O pagamento será efetuado em até trinta dias da apresentação de Fatura, devidamente atestada pelo Setor Competente.

17.4 O valor correspondente será depositado em Conta Corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária ou através de pagamento em cheque na Tesouraria Geral da Prefeitura de Mãe D'água.

17.5 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive a apresentação do Demonstrativo dos serviços executados.

18. DO PREÇO E DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

18.1. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, sendo irreeajustável nesse período.

19. DAS PENALIDADES

19.1 Ao licitante que retardar a execução do certame, não mantiver a proposta, não entregar



os itens de acordo com edital e proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, prestar informações inverídicas, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, a Prefeitura do Mãe D'água-Estado da Paraíba poderá aplicar as penalidades a seguir relacionadas:

a) Advertência;

b) Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor do contrato por infração de qualquer cláusula, que será dobrada em caso de reincidência.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

19.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o Contrato e receber a Nota de Empenho, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

19.3 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

20. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

20.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

21.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

21.2 Não será admitida a transferência a terceiros das obrigações previstas nesta licitação.

21.3 A Prefeitura Municipal de Mãe D'água reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.

21.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos pela pregoeira ou Equipe de Apoio no horário das 08h:00m às 12h, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, centro, MÃE D'ÁGUA-Estado da Paraíba.

21.5 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo pregoeiro, de acordo com o que reza os Decretos federais nº 3.555/2000, Lei Federal 10.520/008/, o Decreto Municipal nº032, de 04 de novembro de 2005 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

21.6 Na hipótese de não haver expediente na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de



funcionamento normal desta Repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

21.7 A documentação apresentada para fins de habilitação e credenciamento dos vencedores, fará parte dos autos da licitação e não será devolvida aos proponentes.

21.8 Questões irrelevantes quanto ao credenciamento, proposta de preços e documentação, serão sanáveis pela pregoeira e a equipe de apoio..

21.9 São partes integrantes deste edital:

Anexo I – Termo de Referência

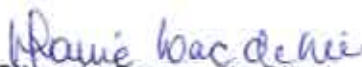
Anexo II – Modelo da Proposta

Anexo III – Carta de credenciamento

Anexo IV – Modelo das Declarações

Anexo V - Minuta de Contrato que integram este edital e nos termos e condições aqui estabelecidas.

MÃE D'ÁGUA - PB, 05 de Março de 2014.


Silvania Soares da Silva
Pregoeira Oficial/PMMD


Carjaneide Soares da Silva
Téc. Contábil. CRC/PB 04738



Lei, resolve REVOGAR a licitação modalidade Pregão Presencial nº 0009/2014, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Projeven, Programa de Irradiação do Trabalho Infantil, Casa de Família e Programa Sonda Comunitária, no Município de Jucatinga, assinado para a data 07/03/2014 às 14:00 horas, por ter havido falhas na descrição dos materiais.

TALLO DALLIA TEIXEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Lagoa

EDITAL Nº 0001/2014

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014, TENDO COMO OBJETO OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARGARIDA CARDOZO NO MUNICÍPIO DE LAGOA-PB.

As 06 dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, teve início a reunião para o fim específico acima, com a Presidência da Comissão Permanente de Licitação feita ao trabalho e doze (12) membros Assessor Técnico para acompanhá-lo. O presidente da Comissão de Licitação comunicou o objetivo da reunião e apresentou os assessoras da área de engenharia e jurídico-contábil que irá assessorar a análise dos documentos de habilitação das 17 (Dezoisete) empresas que entregaram os seguintes: K1 CONSTRUÇÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, CONALE CONSTRUÇÕES LTDA - ME, SERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, GERAL CONSTRUÇÕES, PROJETOS E SERVIÇOS - EPP, SETA CONSTRUÇÕES LTDA, LP CONSTRUTORA E LOCADORA DE MAQUINAS LTDA - ME, RANGEL E SOUSA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP, MAXISTRATE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, K.C. CONSTRUÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, ETS FERREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP, CONSTRUTORA FERREIRA LTDA - ME, NSEG CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES - EIRELI, INPREL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, SÃO JOSÉ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, AMPLA - CONSULTORIA, PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP, CONSTRUTORA SUASSUNA & MARTINS LTDA E VISA ENGENHARIA LTDA EIRELI - EPP. Feita análise da documentação, feita, constatou-se o seguinte:

Empresas habilitadas	Nº de propostas de habilitação de cada	Justificativa
DUVALTE CONSTRUÇÕES LTDA - ME	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
SERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
GENERAL CONSTRUTORA, PROJETOS E SERVIÇOS - EPP	Uma (1) e 113	Item 113º Qualificação técnica em anexo.
LP CONSTRUTORA E LOCADORA DE MAQUINAS LTDA - ME	Uma (1) e 113	Item 113º Ausência de validade de validade técnica.
MAXISTRATE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
K.C. CONSTRUÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	Uma (1) e 113	Item 113º Ausência de validade de validade técnica.
CONSTRUTORA FERREIRA LTDA - ME	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
ETA CONSTRUÇÕES LTDA	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS - EPP	Uma (1) e 113	Item 113º Ausência de validade de validade técnica.
RANGEL E SOUSA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
AMPLA - CONSULTORIA, PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP	Uma (1) e 113	Item 113º Ausência de validade de validade técnica.
INPREL - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
SUASSUNA & MARTINS LTDA	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.
VISA ENGENHARIA LTDA EIRELI - EPP	Uma (1) e 113	Item 113º Apresentação de valores incorretos, por descuido com o edital, Item 113º Voto oporista do senhor Item 54 De acordo com o Edital de habilitação em anexo.

O Presidente da Comissão de Licitação determinou a publicação do resultado da fase de Habilitação no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município e quadro de avisos, dentro e após de 05 (cinco) dias úteis aos interessados nos termos do Art. 109 da Lei 8.666/93, para apresentação de recurso administrativo, encaminhado desde já o acesso à internet aos interessados do todo a documentação de processo de licitação - Tomada de Preços 0001/2014. Fim de ato, sem que tenha sido apresentado qualquer recurso, após-se a as propostas de preços em dia 14 de Março de 2014, às 08:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Praça Depoimento Francisco Pereira, 02, Centro - Lagoa - PB. Não mais havendo o leilão, o Presidente ordenou, ler a Ata em sessão pública, lida e aprovada a reunião, da qual se, George Barrios de Sousa Borges, na qualidade de Secretário, ler a presente, que data e assina, assinam também o Presidente e demais presentes.

Liveiro Oreste de Sá
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Mãe D'Água

EDITAL Nº 0001/2014

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014
A Prefeitura do município, informa que a reunião para Contratação de veículos tipo passeio, utilitários destinados as atividades do município, conforme especificação do edital e seus anexos, anteriormente suspensa foi retomada para dia 17 de março de 2014, às 13:30 horas, na sala de CPL/INFORMAÇÕES. Os interessados poderão obter o Edital na Rua Lúcia Furtado de Figueiredo, 48, centro - Prédio da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água - Estado da Paraíba, na sala Comissão Permanente de Licitação, em todos os dias úteis, no horário de 9:00 às 12:00 hs, informações pelo telefone (33)331-3428-1000
MÃE D'ÁGUA - PB, 07 de março de 2014
Silviana Soares de Sá
Presidente PMMD

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014
OBJETO: Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene, destinados as atividades de todas as secretarias do município, conforme especificação do edital e seus anexos. DATA E LOCAL: 19 de março de 2014, às 08:30 horas, na sala de CPL/INFORMAÇÕES. Os interessados poderão obter o Edital na Rua Lúcia Furtado de Figueiredo, 48, centro - Prédio da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água - Estado da Paraíba, na sala Comissão Permanente de Licitação, em todos os dias úteis, no horário de 9:00 às 12:00 hs, informações pelo telefone (33)331-3428-1000
MÃE D'ÁGUA - PB, 05 de março de 2014
Silviana Soares de Sá
Presidente PMMD

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014
OBJETO: Aquisição parcelada de material médico, odontológico e hospitalar, destinados as atividades de secretaria de saúde, conforme especificação do edital e seus anexos. DATA E LOCAL: 19 de março de 2014, às 11:30 horas, na sala de CPL/INFORMAÇÕES. Os interessados poderão obter o Edital na Rua Lúcia Furtado de Figueiredo, 48, centro - Prédio da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água - Estado da Paraíba, na sala Comissão Permanente de Licitação, em todos os dias úteis, no horário de 9:00 às 12:00 hs, informações pelo telefone (33)331-3428-1000
MÃE D'ÁGUA - PB, 05 de março de 2014
Silviana Soares de Sá
Presidente PMMD

Prefeitura Municipal de Monte Horebe

EDITAL Nº 0001/2014

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE, vem por intermédio deste edital, convocar aos interessados a abertura de PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014, em dia 24 de Março de 2014 às 09:00 horas, que tem como objetivo a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de PUBLICIDADE E RADIOFÔNICO, PARA OS SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE NAS ÁREAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E LEGAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE (PB), conforme especificações no ANEXO (- Tomada de Referência. Os interessados poderão retirar o Edital na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE.
MONTE HOREBE - PB, 07 de março de 2014
ERIVALDO JACO DE SOUSA
Presidente(a) Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014
A CPL da Prefeitura Municipal de Monte Horebe, PB, TORNA PÚBLICO, que realizará as 15:00hrs, de dia 24/03/2014, sessão pública, visando a Execução dos Serviços de CONSTRUÇÃO DO CBU (Centro de Especialidades Odontológicas), neste município de Monte Horebe, Estado da Paraíba, com Recursos Próprios do Município, (Valor do Orçamento R\$ 40.000.000). O Edital poderá ser obtido na sede da Prefeitura Municipal. No horário de 08:00 às 12:00 Horas.
Monte Horebe PB, 06 de março de 2014
ERIVALDO JACO DE SOUSA
Presidente da CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE, vem por intermédio deste aviso, convocar aos interessados a retificação de objeto do PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014, Odeio se 18 91 (um) veículo do Tipo Cabine Dupla, sem EM - Lata-90- 91 (um) veículo do Tipo Cabine Dupla, semi-cabine a partir de 2013.
MONTE HOREBE - PB, 26 de fevereiro de 2014
ERIVALDO JACO DE SOUSA
Presidente(a) Oficial

24 A UNIÃO Publicidade

Julho Pessoa & Pessoa > SEXTA-FEIRA, 7 de março de 2014

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ANEXO DE INTERCOMUNICAÇÃO
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ANEXO DE LICITAÇÃO
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROJETO PRESIDENTAL Nº 002/2014

Vertical sidebar containing various logos and text, including 'Mais em São Paulo', 'Opus 16', 'CHRIS & RICE', and 'FIVE'.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA
JORNAL OFICIAL
ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MUNICÍPIO
Lei nº 133, de 24 de abril de 1997.
05 de Março de 2014
Contém 01 (Uma) pagina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
REGÃO PRESENCIAL 008/2014

OBJETIVO: Aquisição parcelada de material de limpeza, destinados as atividades das secretarias do município e seus programas, ante as condições estabelecidas no anexo I e Edital, **ABERTURA:** 19 de Março de 2014 às 8:30
INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter o Edital na Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48, centro, - Prédio da Prefeitura Municipal de MÃE D'ÁGUA - Estado da Paraíba, na sala Comissão Permanente de Licitação, em todos os dias úteis, no horário de 8:00 as 12:00 hs, Informações pelo **telefone 0(xx)83-3428-1000**

MÃE D'ÁGUA - PB, 05 de Março de 2014.

Silvania Soares da Silva
Pregoeira/PMMD